

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – FFLCH / USP

Estudos de gênero no âmbito das Ciências Sociais: material de apoio para o professor de Sociologia do Ensino Médio

**aluna: Erica Janecek de Mello
semestre: 1 / 2010**

Gênero é um conceito das ciências sociais, produzido na década de 1970, que se refere à construção social do sexo. O conceito de gênero faz uma distinção entre o dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham, nas culturas, a presença de dois sexos na natureza, ou seja, há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura. A palavra sexo passa a designar especificamente a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos. O sexo é dado pelas características biológicas: nasce-se macho ou fêmea da espécie humana. O gênero é o modo como as sociedades olham e pensam as pessoas do sexo masculino e as pessoas do sexo feminino; é a consequência do sexo numa organização social. Ou seja: não nascemos mulheres ou homens: tornamo-nos mulheres ou homens. É o trabalho de elaboração simbólica que a cultura realiza sobre a diferença anátomo-fisiológica.

Enquanto seres sexuados, percebemo-nos e situamo-nos no mundo como mulheres ou como homens. Tal percepção, embora tome como base a anatomia corporal visível, é mais prescritiva do que descritiva, pois o que é captado da corporeidade não é apenas “tenho uma vagina” ou “tenho um pênis”, e sim, “devo ser, sentir e me comportar deste ou daquele modo”. O gênero constitui o modo como nos relacionamos com nós próprios e com o outro. Assim, incide no processo de produção simbólica, definindo a maneira como cada um percebe o mundo, apreende os códigos de interpretação da cultura e estabelece pautas de interação com o outro, marcando a atuação social de cada indivíduo (VILELLA & ARILHA, 2003, p.115).

O conceito de gênero representou um avanço, pois se abandonou a definição mais tradicional de papéis sexuais, valorizando-se cada vez mais a dimensão de relatividade entre o indicador anatômico e a elaboração cultural (HEILBORN, 1994).

Portanto, o conceito de gênero, tal como esboçado, tem como origem a noção de cultura; é um construtor da cultura e constitui a cultura, sendo impossível pensar num processo humano fora da cultura ou uma cultura que não se estruture em torno do gênero, funcionando como organizador da vida social que afeta homens e mulheres. Como afirmam VILELLA & ARILHA (2003) não é uma estrutura fixa nem única; está em constante transformação a partir das demandas concretas que se colocam na vida de homens e mulheres. É uma categoria móvel e estratégica, exatamente para contribuir com a visibilização das microrelações de poder existentes nas diferentes tramas das relações macro e micro, simbólicas e racionais.

Essa noção aponta para o fato de que a vida social, e os vetores que a organizam como, por exemplo, tempo, espaço ou a diferença entre os sexos, são produzidos e sancionados socialmente através de um sistema de representações (HEILBORN, 1994).

Assim, a expressão relações de gênero, tal como vem sendo utilizada no campo das ciências sociais, designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens. Em outras palavras, o que chamamos de homem e mulher não é o produto da sexualidade biológica, mas sim de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder.

Inicialmente o termo “gênero” era utilizado praticamente como sinônimo de “mulher”. Teve sua origem no mundo acadêmico no momento em que pesquisadoras feministas, buscavam, através dos chamados estudos sobre mulheres, desnaturalizar a condição da mulher na sociedade (SIMIÃO, 2000).

...nesse sentido era preciso encontrar conceitos que permitissem diferenciar aquilo que as mulheres tinham de natural, permanente, e igual em todas as épocas e culturas (o sexo) daquilo que dava base para a discriminação e, por ser socialmente construído, variava de sociedade para sociedade e podia mudar com o tempo (o gênero) (SIMIÃO, 2000, p.4-5).

Foi a partir daí que o campo de investigação científico sobre as mulheres se ampliou, evidenciando a forte relação do movimento social com os estudos feministas. Para Joan Scott, "esse uso do termo 'gênero' constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80" (SCOTT, 1990, p.75).

O conceito de gênero foi construído por estudiosas da língua inglesa. Em *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, Gayle RUBIN (1975), antropóloga e feminista, procurou responder teoricamente à recorrência da *opressão e subordinação social das mulheres* com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo. “Em decorrência desse debate, a autora reitera a ideia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de *sistemas de sexo/gênero*” (SCAVONE, 2008, p. 179).

A historiadora Joan W. Scott introduz o conceito de gênero na História com o seu famoso artigo “Gender a Useful Category of Historical Analysis” (SCOTT, 1990). Scott dialoga com autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze e critica com eles a ideia iluminista da existência de um sujeito único universal com características biológicas consideradas a-históricas, que fundamentam os discursos da dominação masculina. Ao propor o uso da categoria Gênero para a análise histórica – e, por decorrência, para as Ciências Sociais –, pretende compreender e explicar significativamente o caráter relacional, transversal e variável dessa categoria analítica. (SCAVONE, 2008).

O termo foi incorporado por diversas disciplinas recebendo nuances diferentes em cada uma delas. "Assim, antropólogos, sociólogos, psicólogos, cientistas políticos foram dando cores diferentes ao conceito, conforme a bagagem conceitual específica que suas disciplinas traziam" (SIMIÃO, 2000, p.1). Neste sentido, COSTA (1994), cita diferentes leituras que se faz da interpretação de gênero: gênero como variável binária; gênero como papéis sexuais dicotomizados; gênero como uma variável psicológica, gênero como tradução de sistemas de culturas e gênero como relacional.

Apresenta-se sucintamente, a seguir, estas diferenças interpretações:

- Gênero como uma variável Binária

A interpretação de gênero como uma variável binária (Homem X Mulher) enfoca a diferença sexual como determinante na forma como homens e mulheres se comunicam, pois, segundo essa visão, "(...) homens e mulheres têm essências diferentes, coisa que refletiria na sua forma diferente de utilizar a linguagem (os homens tenderiam a se expressar de forma mais direta e autoritária e as mulheres dominariam uma linguagem mais cheia de nuances)" (Costa, in SIMIÃO, 2000). De acordo com esta conceituação, todos os homens e mulheres são iguais, não sendo levados em consideração a multiplicidade de masculinos e femininos e os diferentes usos que homens e mulheres fazem da linguagem. Os homens tenderiam a se expressar de forma mais direta e autoritária e as mulheres com mais nuances, não havendo a possibilidade de que haja homens que se comuniquem com mais nuances e mulheres que falem de maneira mais direta e autoritária. Portanto, o conceito de "gênero" fica limitado às diferenças sexuais, não sendo levado em consideração todo o contexto sócio-histórico-cultural que contribui na formação das identidades femininas e masculinas.

- Gênero como Papéis Dicotomizados

Segundo esta interpretação "(...) a sociedade impõe certos papéis para os homens e outros para as mulheres e que vão determinar a forma como homens e mulheres se veem e como se relacionam uns com os outros" (SIMIÃO, 2000, p.1). Esta visão representou um avanço, pois não está mais limitada ao fator biológico como determinante das ações e reações dos homens e mulheres, entretanto considera "(...) a mudança como algo que ocorre nos papéis de cada gênero (...) não como algo que surge dentro das relações entre os gêneros em consequência da interação dialética entre a prática social e a estrutura social" (COSTA, 1994, p. 149). Esta visão não procura entender como os papéis masculinos e femininos são definidos e quem os determina. Na análise, não são levados em consideração as relações de gênero e poder e outros fatores que também contribuem para a definição de comportamentos como, por exemplo, raça, credo, etnia, etc., o que pode criar estereótipos de homens e de mulheres.

- Gênero como uma Variável Psicológica

De acordo com esta interpretação, utilizada majoritariamente por psicólogos, a diferença entre masculinidade e feminilidade seria uma questão de grau. Os teóricos dessa variável sugerem a construção de uma escala onde o mais masculino ficaria em um dos extremos e o mais feminino no outro e todos os indivíduos se localizariam entre os mesmos. Os indivíduos que se localizassem no centro da escala, o que era considerado ideal, seriam os andróginos. Porém, "(...) o exame cuidadoso da validade do constructo da escala não era capaz de determinar o que exatamente estava sendo mensurado, nem o que significava" (COSTA, 1994, p.151). Costa conclui que: "(...) o gênero como força ou orientação psicológica, continuou fundamentando noções tradicionais de masculinidade e feminilidade e terminou por reificar ainda mais esta mesma distinção a que se propunha dissolver" (COSTA, 1994, p.152).

- Gênero como Tradução de Sistemas Culturais

Os teóricos desta interpretação afirmam que homens e mulheres vivem em mundos separados. Já na infância, meninos e meninas são educados para agir e se comunicar de forma diferenciada. A eles são ensinados direitos e deveres diferentes, criando assim as subculturas e quando tentam comunicar-se entre si geralmente são mal sucedidos (COSTA, 1994). Há que se tomar cuidado com a noção de mundos diferentes. Ela pode obscurecer a visão e impedir que se perceba de forma clara a dominação de um sobre o outro. Segundo Costa, "(...) o discurso sobre 'mundos separados' põe demasiada ênfase na diferença, negligenciando as importantes semelhanças entre os seres humanos" (COSTA, 1994, p.155). Essa perspectiva vê a cultura feminina como sendo homogênea, como se todas as mulheres fossem iguais, não levando em consideração classe, raça, etnia, idade, etc.

- Gênero como Relacional

A visão de gênero como relacional representa um avanço, pois são considerados o contexto em que os indivíduos estão inseridos, as relações de poder, as crenças, as etnias, etc., que são fatores que contribuem na formação das identidades masculinas e femininas. Este grupo de teóricos sustenta que as relações de gênero são construídas com base na

interação social, no sistema social de relacionamento em que os indivíduos estão inseridos, abandonando a visão binária e da divisão de papéis e permitindo uma concepção dinâmica de masculinidade e feminilidade de acordo com a situação social em questão. Também permite ver a pluralidade de homens e mulheres dentro de seu contexto social, levando em consideração os vários fatores que influenciam na formação da personalidade dos sujeitos (COSTA,1994). Ao privilegiar a pluralidade, entende como categorias de gênero, além de homens e mulheres, também homossexuais, bissexuais e transexuais. Segundo Costa, "os gêneros passam a ser entendidos como processos também moldados por escolhas individuais e por pressões situacionais compreensíveis somente no contexto da interação social" (COSTA, 1994, p. 161).

É importante ressaltar que, apesar da consolidação do campo de estudos "sobre mulheres" ter ocorrido na época da eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós-68 e nos Estados Unidos, obras anteriores a esse período foram importantes para abrir caminho para a construção de um campo de estudos, como aponta SCAVONE (2008). Na Sociologia, por exemplo, destacam-se as pesquisas pioneiras de Madeleine Guilbert, em 1946, que já iniciavam a investigação sobre o trabalho das mulheres (GUILBERT, 1946). E na Antropologia, em 1948, os trabalhos de Margareth Mead, também já tratavam a condição feminina (MEAD, 1948). No campo da Filosofia e da Literatura, Simone de Beauvoir publicou o livro *O segundo sexo*, em 1949, que gerou um debate político mais radical e lançou as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo. (BEAUVOIR, 1980). A ideia central do livro é de que não se nasce mulher, mas torna-se mulher. Beauvoir lança a base do que mais tarde viria a ser o conceito de "gênero", pois ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico. De fato, reiterada por estudiosas da questão no mundo inteiro e revisada por feministas contemporâneas, essa ideia é até hoje discutida, questionada ou radicalizada, o que evidencia a sua dimensão precursora para os estudos de gênero, como explica SCAVONE (2008).

Conforme mostra SCAVONE (2008), a filósofa feminista contemporânea Judith Butler, ao analisar criticamente esta ideia, busca romper com a distinção dicotômica sexo (biológico)/gênero (social) implícita na obra de Simone de Beauvoir: "[...] se o sexo e o

gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo seja tornar-se de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de ‘mulher’ não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e ‘homem’ não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos. [...]”. Isto sugere “que os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais” (BUTLER, 2003, p. 163). Com essa análise, a autora radicaliza o princípio em questão, sem fixá-lo a um corpo sexuado como o fez Beauvoir.

Ao criticar a função da maternidade no período do pós-guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes, as teses de Beauvoir sobre liberdade sexual e liberação da prática da contracepção e do aborto podem ser consideradas um marco da passagem do feminismo igualitarista, no molde sufragista, para a fase do feminismo centrado na mulher sujeito, criando os elementos necessários para a politização das questões privadas (CHAPERON, 2000). Esse feminismo teve como substrato material a sociedade urbano-industrial moderna, cuja configuração se acelerou justamente nesse período e foi marcada pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, a qual se ampliou progressivamente no decorrer do século XX. Aos poucos, as mulheres passaram a ter uma dupla jornada de trabalho (doméstica e extra doméstica) e, com isto, a nova responsabilidade de conciliar vida profissional com vida familiar.

Segundo SCAVONE (2008), outro fator importante foi o advento da contracepção medicalizada e segura nos anos 1960, dando possibilidade às mulheres de escolherem o número de filho/as que desejavam e romperem com o determinismo biológico e social da maternidade.

O contexto em que se encontra a produção teórica sobre gênero é o das transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais a sociedade moderna passou, sendo que a base para esta produção está na história das lutas feministas, as quais, ao longo de mais de dois séculos, propiciaram gradativa visibilidade às questões de gênero nos diferentes campos sociais. “As ideias defendidas por essas lutas criaram condições para a emergência de uma teoria crítica feminista que, por sua vez, influenciou e incrementou estudos e pesquisas científicas sobre as relações sociais de sexo/gênero na academia ou fora dela” (SCAVONE, 2008, p. 176).

Segundo SCOTT (1990), gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança. Os conceitos de “relações sociais de sexo” e “gênero consideram a existência de relações que são transversais a todas as sociedades e, sobretudo, ambos rompem com o binarismo das categorias ‘mulher’ e ‘homem’. Entretanto, há autoras que consideram a noção de “estudos de gênero” mais neutra, do ponto de vista político, do que as noções de “estudos feministas”, “estudos gays e lésbicos”, “o que possibilita continuar os estudos sobre os aspectos simbólicos e ideológicos do masculino e do feminino sem referência à opressão do sexo feminino”. (MATHIEU, 2000, in SCAVONE, 2008, p. 180). Apesar disto, Christine Delphy, socióloga e uma das mais reputadas expoentes do feminismo materialista francês, utiliza o conceito de gênero. Para ela, entretanto, é o gênero que produz o sexo biológico e dá pertinência à diferença anatômica – a qual considera sem sentido – e divide a humanidade em duas categorias de gênero. E diferentemente de outras conotações do conceito, ela considera que o gênero existe como divisão social graças ao patriarcado, o qual define como um sistema total, ou seja, considera que patriarcado designa de um lado, um sistema e não relações individuais ou um estado de espírito; de outro, ele se diferencia do capitalismo, um sistema não é redutível ao outro. (DELPHY, 2000).

SCAVONE (2008) mostra que outro desdobramento do conceito de gênero foi dado a partir dos anos 1990 pela *teoria queer*, que ‘ultrapassa os gêneros’ (*transgendering*), conforme a filósofa feminista BUTLER (2003) ao questionar a normatividade heterossexual e ressaltar o aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade (gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais). Como Delphy, Butler se inspira inicialmente em Monique Wittig (WITIG, 1980), entretanto, atém-se mais à sua contribuição crítica sobre a matriz heterossexual, “que dá ao gênero uma heterossexualidade normativa”, do que às suas questões sobre as “desigualdades estruturais”, as quais foram, também, consideradas por Delphy por sua postura materialista.

Outros pensadores contemporâneos possibilitaram uma interlocução crítica com a teoria feminista. Por exemplo, a análise que a teórica feminista e filósofa Nancy Fraser (FRASER, 1987 p. 40) fez da ação comunicativa de Jürgen Habermas, o qual, ao colocar a

família na esfera da reprodução simbólica – por oposição à esfera da reprodução material, que realiza o “trabalho social” –, oculta o trabalho social que as mulheres exercem na reprodução da vida. Por outro lado, a autora mostra como Habermas, ao distinguir “ação assegurada normativamente” de “ação obtida comunicativamente”, consegue oferecer um bom instrumento de análise teórica às relações de gênero na família. De fato, a autora mostra que essas categorias aplicadas em uma pesquisa sobre padrões de comunicação entre maridos e mulheres podem “nos capacitar a captar algo importante sobre a dinâmica intrafamiliar” no âmbito da dominação masculina: os homens tendem a controlar e dar as diretrizes das conversas, as mulheres tendem a fazer o “trabalho de interação” ao colocar perguntas e oferecer apoio verbal à conversação.(FRASER, 1987, p. 46)

Dos autores contemporâneos, Michel Foucault foi um dos pensadores cuja teoria proporcionou maior possibilidade de diálogo com o feminismo, especialmente, por suas análises sobre as *questões do corpo, da sexualidade, da Medicina, das tecnologias de poder*, mostrando como produzem sujeitos/corpos disciplinados (FOUCAULT, 1979, 2007a, 2007b, 2010). Conforme mostra SCAVONE (2008), alguns aspectos de sua teoria foram utilizados pelas estudiosas feministas – a analítica do poder, a crítica ao sujeito único universal, a aceitação da diversidade e multiplicidade das relações sociais” e apresentam elementos com muitas afinidades com o feminismo e que contribuíram para o avanço das teorias de gênero. Joan Scott, Gayle Rubin, Judith Butler, entre outras, mantiveram diálogo com sua teoria.

Como mostra SCAVONE (2004 e 2006), as pesquisas feministas sobre saúde das mulheres, cujo objeto de estudo está voltado para o corpo, tiveram de uma maneira ou de outra inúmeras influências das teorias foucaultianas. Entretanto, algumas autoras, como FRASER (1987) e FERNÁNDEZ (2000), mostram que o diálogo de Foucault com o feminismo também foi construído com muitas ambiguidades e tensões. Isto porque, ao mesmo tempo em que ele contribuiu para desconstruir o discurso normativo sobre dominação e poder na sociedade, construiu uma outra normatividade para o desenvolvimento da “emancipação futura”, que, por estar demasiadamente ancorada na realização das identidades subjetivas, tenderia a esvaziar a possibilidade de saídas coletivas, chocando-se com a proposta do movimento feminista. Entretanto, é sempre bom lembrar que o feminismo do final do século XX explode com a noção de fixidez, que sugere uma

representação atemporal e binária de gênero, colocando de uma forma incontestável o significado do homem e da mulher, levando a uma luta política móvel de resistências aos poderes instituídos e aos micropoderes. (SCAVONE, 2008).

Entretanto, foi o sociólogo Pierre Bourdieu um dos teóricos que mais suscitaram adesões, críticas e rejeições entre as teóricas feministas com os seus estudos e reflexões sobre a dominação masculina, “... provavelmente, por seu lugar de intelectual dominante, mas, sobretudo, pela aplicação de sua teoria a um objeto cujo desenvolvimento teórico já estava muito mais avançado do que o construído por seu *campo* analítico” (SCAVONE, 2008, p. 182). O seu primeiro artigo sobre a dominação masculina não incluiu referências significativas à produção feminista, que só foram incluídas posteriormente, em seu livro sobre o tema. (BOURDIEU, 1990 e 1999). Há também a crítica à sua pretensão em formular um caminho para o feminismo, desqualificando, em certo sentido, a trajetória política desse movimento (CORRÊA, 1999). Uma das críticas feministas mais recorrentes à sua teoria da dominação masculina refere-se ao pressuposto da ‘incorporação’ e da ‘aceitação’ que os dominados (no caso, as mulheres) teriam para com os dominantes (no caso, os homens) pelo fato de terem internalizado em seus corpos os esquemas de dominação como *Habitus*, isto é, sistemas de disposições adquiridas que internalizam as estruturas sociais. As críticas a essa análise costumam considerar que as mulheres apareceriam como responsáveis da dominação, conforme explica SCAVONE (2008). Entretanto, segundo a autora (SCAVONE, 2008), os conceitos da sociologia de Bourdieu foram e são utilizados, freqüentemente, em estudos e pesquisas acadêmicas e militantes de cunho feminista, particularmente os relacionados à dominação, poder e violência simbólica, o trabalho e a condições de sua reprodução, e a própria noção de *habitus*, de campo, entre outros, para o entendimento da permanência da dominação masculina.

Os estudos de gênero e feministas tiveram a influência das lutas por redistribuição, justiça e direitos políticos e sociais e/ou por lutas pelo reconhecimento e/ou identitárias. O principal objeto de estudo era a transformação das relações de dominação e poder masculinos no contexto mais amplo da sociedade. “Buscaram compreender os problemas que constituem as relações de gênero na sociedade, trazendo-os para o debate e a reflexão política e social mais amplos, associando-os em determinadas análises, à classe e à raça, especialmente no Brasil e no restante da América Latina” (SCAVONE, 2008, p. 176). Esses

estudos contribuíram para mostrar o alcance da disparidade social, política, econômica, cultural e científica de gênero.

A teoria de gênero resulta de um diálogo com o pensamento social, em suas diferentes abordagens. A incorporação dessa teoria nas Ciências Sociais é efetivada pela utilização cada vez mais recorrente de seus principais conceitos – gênero, relações sociais de sexo, patriarcado, dominação masculina – e pelas implicações que os acompanham. Há uma articulação da teoria de gênero com reflexões políticas e sociais mais amplas.

Problemas relacionados ao trabalho, à saúde, à educação, à política, à família, à religião, à violência, às ciências, à cultura, à identidade, ao corpo, às tecnologias produtivas e reprodutivas, e à sexualidade passaram a ser tratados com o ‘olhar de gênero’. Segundo SCAVONE (2008), foi esse olhar que deu visibilidade às relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gênero e que questionaram uma ordem sexual tida como natural. As análises decorrentes do diálogo dos estudos de gênero com as Ciências Sociais mostram que as questões relacionadas à saúde, violência, trabalho, religião e cultura estão marcadas por relações de poder e dominação entre os sexos e que essas análises devem ser analisadas também sob a ótica das outras relações sociais a ela associadas, como classe, raça/etnia.

Como mostra SCAVONE (2008), o início dos estudos de gênero brasileiros teve como questões centrais justamente o gênero no trabalho, na saúde, na política e na família. A problemática do ‘sexo do trabalho’ foi fruto do “projeto sociológico feminista”, que “começa como crítica da ausência de gênero na teoria marxista”. Assim, “os trabalhos feministas mostraram que a divisão do trabalho específica à atividade assalariada estava relacionada a uma hierarquia de gênero e que sua natureza ‘sexuada’ não era motivada pelo acaso” (WAJCMAN, 2002, in SCAVONE, 2008).

A questão da ausência dos direitos específicos no que se refere aos direitos reprodutivos das mulheres, como o direito ao aborto – que foi conquistado na maioria dos países do Norte a partir dos anos 1970 e que é ainda proibido na maioria dos países da América Latina –, e aos direitos sexuais tem sido recorrentemente pesquisada nos países desse bloco. Inúmeras questões relacionadas à saúde reprodutiva foram trabalhadas, como a esterilização feminina, as cesarianas desnecessárias, a mortalidade materna, entre outras,

demonstrando o quanto foi e é necessária a utilização de uma abordagem de gênero na saúde.

A violência doméstica, sexual, familiar, a pouca presença das mulheres nos espaços públicos de poder institucional, a responsabilidade feminina pelo espaço privado, o machismo manifesto e o dissimulado, e o assédio sexual e moral no trabalho constituem-se alguns dos inúmeros problemas sociais e sociológicos que passaram a ser tratados pela Sociologia sob a ótica de gênero por meio de pesquisas empírico-teóricas (teses, dissertações, monografias, livros, artigos), tornando visíveis as implicações sociais, políticas e econômicas da dominação masculina.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BEAUVOIR, Simone de. (1980). *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BOURDIEU, Pierre (1990). La domination masculine. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 84, p. 2-31.

_____. (1999). *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUTLER, Judith.(2003). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CHAPERSON, Sylvie.(2000). *Les Années Beauvoir 1945-1970*. Paris: Favard.

CORRÊA, Mariza.(1999) Bourdieu e o sexo da dominação. *Revista Novos Estudos*, CEBRAP, n. 54, jul. 1999, p. 43-53.

COSTA, Claudia de Lima.(1994). O leito de procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas. *Cadernos Pagu*, vol. 2, p.141-174.

DELPHY, Christine.(2000). *Patriarcat (théories du) in dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, p. 141-146.

FERNÁNDEZ, Josefina. “Foucault, marido o amante? Algumas tensões entre Foucault y el Feminismo”. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000, p. 127-148.

FOUCAULT, Michel.(2010). *História da sexualidade, v.1*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (2007a). *História da sexualidade, v.2*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (2007b). *História da sexualidade, v.3*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

FRASER, Nancy.(1987). O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: FRASER, Nancy; BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 38-65.

GUILBERT, Madaleine. (1946). Le travail des femmes. *Revue Française du Travail*, n. 8, p. 663-71.

HEILBORN, Maria Luiza.(1994). De que gênero estamos falando? *Sexualidade, Gênero e Sociedade*. Ano 1, n° 2 CEPESC/IMS/UERJ.

MATHIEU, Nicole-Claude.(2000). Sexe et Genre. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, p. 141-146.

MEAD, Margareth.(1948). *Male and Female*. New York: William Morrow and Co. Inc.

RUBIN, Gayle.(1975). The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: REITER, Rayna (Org.). *Toward na Anthropology of Women*. New York; London: Monthly Review Press, p. 175-210.

SCAVONE, Lucila.(2008). Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Revista de Estudos Feministas*, vol.16,n.1, p.173-186.

_____.(2006). O feminismo e Michel Foucault: afinidades eletivas?. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (Orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, p. 81-99.

_____. (2004). *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: EDUNESP.

SCOTT, Joan W.(1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1995, p. 5-22.

SIMIÃO, Daniel Schroeter.(2000). *Gênero no mundo do trabalho*. Brasília, Mimeo.

VILLELA, Wilza V. & ARILHA, Margareth. (2003). Sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos. In BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP.

WAJCMAN, Judy.(2002) La construction mutuelle des techniques et du genre: l'état des recherches em sociologie. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; GARDEY, Delphine (Orgs.). *L'engedrement des choses. Des hommes, des femmes et des techniques*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, p.51-64.

WITTIG, Monique.(1980) La pensée straight. *Questions Féministes*, Paris: Tierce, n.7, fev. 1980, p. 45-54.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

O Segundo Sexo é um clássico publicado por Simone de Beauvoir em 1949. É uma obra seminal que estabeleceu de imediato uma discussão sobre a condição feminina e o(s) feminismo (s). Apesar das várias polêmicas suscitadas, tem servido de referência para a maior parte dos ensaios, debates e discussões posteriores. São dois livros sobre a situação da mulher e o seu papel na sociedade. O primeiro volume recebeu o subtítulo de “Fatos e Mitos”, e o segundo volume foi denominado “A experiência vivida”.

Numa perspectiva histórica e apoiando-se sobre experiências vividas, Simone de Beauvoir mostra como, de uma maneira ou outra, a mulher sempre foi o escravo do homem. Beauvoir queria demonstrar que a própria noção de feminilidade era uma ficção inventada pelos homens, na qual as mulheres consentiam, fosse por estarem pouco treinadas nos rigores do pensamento lógico ou porque calculavam ganhar algo com a sua passividade, perante as fantasias masculinas. No entanto, ao fazê-lo, caíam na armadilha de se auto-limitarem. Os homens chamaram a si os triunfos da transcendência, oferecendo às mulheres segurança e tentando-as com as teorias da aceitação e da dependência, dizendo-lhes que tais características são inatas do seu caráter. Que seja mãe, esposa, rapariga ou prostituta, a mulher define-se apenas em função do homem e nunca para a própria: encarna o outro. Esta diversidade posta a priori provoca a impossibilidade de relações de reciprocidade e de igualdade entre os homens e as mulheres.

Entretanto, como mostra Beauvoir, nada de naturalidade nem biológico acantona a mulher ao seu papel, a sua condição é, na verdade, um fenómeno meramente cultural. Não é a inferioridade das mulheres que determinou a sua insignificância histórica, mas a sua insignificância histórica que a dedicou à inferioridade.

Ao fugir a este determinismo, Beauvoir abriu as portas a todas as mulheres no sentido de formarem o seu próprio ser e escolherem o seu próprio destino, libertando-se de todas as ideias pré-concebidas e dos mitos pré-estabelecidos que lhes dão pouca ou

nenhuma escolha. Assim, a mulher, qualquer mulher, deve criar a sua própria via, mesmo que seja a de cumprir um papel tradicional, se for esse o escolhido por ela e só por ela.

Segundo Beauvoir, é de uma igualdade total entre os dois sexos que nascerá a liberdade da mulher.

Biografia

Simone de Beauvoir foi uma escritora feminista francesa nascida em Paris, integrante do grupo de escritores filósofos que deram uma transcrição literária dos temas do Existencialismo, como Albert Camus e Maurice Merleau-Ponty. Educada em instituições privadas, depois frequentou a Sorbonne onde concluiu filosofia (1929), com uma tese sobre Leibniz. Neste período conheceu o também filósofo parisiense Jean-Paul Sartre (1905-1980), seu companheiro desde então até o fim da vida. Ela ensinou filosofia em várias escolas (1931-1943) antes de passar a se dedicar exclusivamente a escrever. Ela e Sartre fundaram (1945) e começaram a editar *Les Temps modernes*, um periódico mensal, da qual eles próprios eram os principais colaboradores. Suas novelas abordavam os principais temas existenciais, demonstrando sua concepção do compromisso do escritor com sua época. *L'Invitée* (1943) descrevia um drama de relacionamento, onde cada consciência individual vai se tornando predadora da outra. De suas obras a mais conhecida talvez seja a que lhe deu fama internacional, o seu tratado *O Segundo Sexo* (1949), uma notável obra que se tornou um clássico da literatura feminista, um pioneiro manifesto do feminismo, no qual propunha novas bases para o relacionamento entre mulheres e homens. Ganhou o prêmio Goncourt (1954) e, com Sartre, esteve por três meses no Brasil (1960), entre suas muitas viagens pelo mundo. Escreveu grandes livros de filosofia como *Pour une Morale de l'ambiguïté* (1947). Em *Les Mandarins* (1954), apresentou a lição que os intelectuais de esquerda adotaram com rapidez em todo o mundo, Também foram notáveis seus livros de viagens como *La Longue Marche: essai sur la Chine* (1957) e *L'Amérique au jour de jour* (1948) e vários outros ensaios. Importante parte de sua obra foi de volumes autobiográficos, entre eles *Mémoires d'une jeune fille rangée* (1958), *La Force de l'âge* (1960), *La Force des choses* (1963) e *Tout compte fait* (1972). Sobre problemas da velhice

escreveu *Une Mort très douce* (1964), *La Vieillesse* (1970) e *La Cérémonie des adieux* (1981), um relato penoso sobre os últimos dias de vida do companheiro e amante Sartre.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Para construir sua teoria, Bourdieu criou uma série de conceitos, como habitus e capital cultural. Todos partem de uma tentativa de superação da dicotomia entre subjetivismo e objetivismo. Ele acreditava que qualquer uma dessas tendências, tomada isoladamente, conduz a uma interpretação restrita ou mesmo equivocada da realidade social. A noção de habitus procura evitar esse risco. Ela se refere à incorporação de uma determinada estrutura social pelos indivíduos, influenciando em seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que se inclinam a confirmá-la e reproduzi-la, mesmo que nem sempre de modo consciente.

Um exemplo disso é a dominação masculina que, segundo o sociólogo, se mantém não só pela preservação de mecanismos sociais, mas pela absorção involuntária, por parte das mulheres, de um discurso conciliador.

A dominação masculina se exerce, dentre outras formas, pela violência simbólica e por um discurso sexista que discrimina mulheres e outras identidades.

As relações de gênero funcionam por meio de um sistema de signos e símbolos que representam normas, valores e práticas que transformam as diferenças sexuais de homens e mulheres em desigualdades sociais, sendo estas tomadas de maneira hierárquica e valorizando o masculino sobre o feminino.

Além das normas e valores, tem-se a violência física contra as mulheres, que é um problema mundial e contra a qual se tem traçado diversas políticas públicas. Existem, ainda, outras formas de violência e violação de direitos das mulheres, quer seja através da discriminação ocupacional e salarial no mercado de trabalho, da falta de assistência integral à saúde, da exclusão feminina dos cargos de direção, do assédio sexual etc. Ademais, existe também uma violência simbólica que não é percebida, necessariamente, como uma forma agressiva de se manter e perpetuar as desigualdades sociais e individuais entre os gêneros.

No inconsciente coletivo da nossa sociedade essa forma de violência interiorizada serve de substrato para as desigualdades e assimetrias existentes entre homens e mulheres. Pierre Bourdieu, em seu livro “A dominação masculina” discorre sobre o conceito de “violência simbólica” que é uma forma de “violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento”. Numa perspectiva que considera o gênero como o sexo socialmente construído, o autor busca desconstruir a “sociedade androcêntrica” devolvendo à diferença entre o masculino e o feminino seu caráter arbitrário, contingente, cultural e histórico.

Bourdieu mostra que os princípios de visão e divisão sexual parecem estar “na ordem das coisas”, inseridos em um sistema de oposições homólogas: alto/baixo, em cima/embaixo, fora(público)/dentro(privado), duro/mole etc. Estas oposições são revestidas de significação social – “o movimento para o alto sendo, por exemplo, associado ao masculino, como a ereção, ou a posição superior no ato sexual”. Esta divisão sexuada “está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas, em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e ação”.

A importância da contribuição de Bourdieu está na revelação do “poder hipnótico” da dominação masculina que se impõe através de uma violência simbólica – sem o uso da força física, mas não menos danosa – que des-historiciza as relações sociais. Por exemplo: a exclusão da mulher do mundo público e a tentativa de seu confinamento no mundo privado/doméstico ganha, desta maneira, uma tonalidade essencialista.

Oposições tais como: fora (pênis) /dentro (vagina), ativo (penetrar) /passivo (ser penetrado), assumem um papel preponderante numa hierarquia de valores onde o polo positivo é aquele representado pelo homem-público-ativo-forte-potente-guerreiro-racional e o polo negativo pela mulher-doméstica-passiva-fracá-impotente-pacífica-emocional.

Estes estereótipos de gênero são utilizados nas práticas discursivas e passam a fazer parte da produção dos sentidos. O discurso sexista se apropria destes pré-conceitos e, através do jogo de ilusões/alusões, apresenta a polaridade de valores culturais e históricos como se fossem diferenças oriundas da anatomia ou de propriedades biológicas.

Biografia

Pierre Bourdieu nasceu em 1930 no vilarejo de Denguin, no sudoeste da França. Fez os estudos básicos num internato em Pau, experiência que deixou nele profundas marcas negativas. Em 1951 ingressou na Faculdade de Letras, em Paris, e na Escola Normal Superior. Três anos depois, graduou-se em filosofia. Prestou serviço militar na Argélia (então colônia francesa), onde retomou a carreira acadêmica e escreveu o primeiro livro, sobre a sociedade cabila. De volta à França, assumiu a função de assistente do filósofo Raymond Aron (1905-1983) na Faculdade de Letras de Paris e, simultaneamente, filiou-se ao Centro Europeu de Sociologia, do qual veio a ser secretário-geral. Bourdieu publicou mais de 300 títulos, entre livros e artigos. Fundou as publicações *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* e *Liber*. Em 1982, propôs a criação de uma "sociologia da sociologia" em sua aula inaugural no Collège de France, levando esse objetivo em frente nos anos seguintes. Quando morreu de câncer, em 2002, foi tema de longos perfis na imprensa europeia. Um ano antes, um documentário sobre ele, *Sociologia É um Esporte de Combate*, havia sido um sucesso inesperado nos cinemas da França. Entre seus livros mais conhecidos estão *A Distinção* (1979), que trata dos julgamentos estéticos como distinção de classe, *Sobre a Televisão* (1996) e *Contrafogos* (1998), a respeito do discurso do chamado neoliberalismo.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Revista de Estudos Feministas*, vol.16, n.1, 2008, p.173-186.

No artigo “Estudos de gênero: uma sociologia feminista?”, Scavone faz uma breve reflexão das implicações políticas e científicas dos estudos de gênero, não só com o objetivo de resgatar o seu lugar legítimo na construção de uma sociologia de gênero e/ou feminista, mas como de re-lembrar a sua não-neutralidade mostrando como eles emergiram de um diálogo do feminismo com as teorias sociais. A autora discute parte desse diálogo e pontua as inovações conceituais que eles propiciaram às Ciências Sociais.

A questão-título deste artigo pode ser respondida por meio de três problemas interligados, que são discutidos pela autora. O primeiro refere-se à questão da especialização do conhecimento e/ou de seus campos de luta. O segundo diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos das Ciências Sociais, entre os quais se destacam: ciência e ideologia; ‘objetividade’ do conhecimento; e neutralidade científica. O terceiro, mais específico, está relacionado à contribuição da crítica feminista e dos estudos de gênero à Sociologia.

Biografia

Lucila Scavone é docente do Departamento de Sociologia/UNESP/Araraquara e pesquisadora do CNPq. Realizou Pós-Doutorado no INSERM/França, 1992.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

O termo “gênero”, na sua acepção gramatical, designa indivíduos de sexos diferentes (masculino/feminino) ou coisas sexuadas, mas, na forma como vem sendo usado, nas últimas décadas, pela literatura feminista, adquiriu outras características: enfatiza a noção de cultura, situa-se na esfera social, diferentemente do conceito de “sexo”, que se situa no plano biológico, e assume um caráter intrinsecamente relacional do feminino e do masculino. Segundo a historiadora Joan Scott (1995), as feministas americanas começaram a usar o conceito de gênero para se referir à organização social entre os sexos e só mais tarde passaram a usá-lo para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre sexo e rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos “sexo” ou “diferença sexual”. A introdução do caráter relacional do gênero levou a uma revisão dos estudos centrados nas mulheres e apontou para a necessidade de estudos sobre as relações de gênero, uma vez que a história das mulheres não pode ser vista separada da história dos homens. O mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, não são esferas separadas. Tomá-los

como esferas separadas reforça o mito de que a experiência de um sexo tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, acrescenta Scott (1995), o uso do termo “gênero” para designar relações sociais entre os sexos rejeita radicalmente explicações biológicas que encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina. Para Scott, O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres.

“Gênero” é segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995: 75). Na definição de Scott (1995), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo primordial de dar significado às relações de poder. Para ela, essas duas proposições estão intrinsecamente relacionadas. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um único sentido. Embora gênero não seja o único campo no qual o poder se articula, ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristã e islâmicas.

Scott (1995) historiciza o conceito de gênero e busca encontrar as maneiras pelas quais o mesmo legitima e constrói as relações sociais. Na sua concepção, esse é o primeiro passo para compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelos quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política é um dos domínios nos quais o gênero pode ser utilizado para a análise histórica.

O uso de gênero como categoria de análise surgiu como algo renovador nos estudos feministas, mas, na prática, há algumas tensões na sua aplicabilidade. Há divergências entre os autores na utilização do conceito. A principal delas refere-se ao estatuto cognitivo do conceito. Questiona-se, com base em diferentes premissas, se gênero é uma categoria empírica ou se é, antes, uma categoria analítica.

A autora defende o uso do conceito como uma categoria histórica e instrumento metodológico. Baseada na observação da organização social de gênero, ela operacionaliza gênero como uma categoria analítica, não descrevendo os componentes de um instrumental metodológico abstratamente construído, mas de um fenômeno histórico, substrato empírico do seu conceito de gênero. Nesse artigo, a autora critica o caráter descritivo dos estudos sobre a história das mulheres, como também o uso de gênero como substituto de “mulheres”, e propõe o uso do conceito, tal como o define, como um potente instrumento metodológico e teórico, politicamente útil para ultrapassar a simples descrição da história das mulheres.

Biografia

Joan Scott é professora da Escola de Ciências Sociais do Instituto de Altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. É especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França. É uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história.